

HORIZONTES DA ENUNCIÇÃO: POR UMA LINGUÍSTICA DA LÍNGUA QUE CONTÉM A SOCIEDADE

THE HORIZONS OF ENUNCIATION: FOR A LINGUISTICS OF LANGUAGE THAT CONTAINS SOCIETY

Fábio Aresi¹

Resumo: O estudo objetiva realizar uma leitura do pensamento benvenistiano acerca da relação entre língua e sociedade, identificando, no interior dessa reflexão, elementos teóricos que permitam tomá-la como possibilidade de um fazer linguístico que coloque a enunciação como ponto de articulação entre língua, falante e sociedade. Busca-se, mediante o reconhecimento do dialetismo característico da teorização de Benveniste sobre a enunciação, por um lado, e a identificação de influências da perspectiva materialista de Marx em sua visão de sociedade, por outro, apresentar, prospectivamente, um caminho para a perspectiva enunciativa, tomando como axioma o pressuposto benvenistiano de que a língua contém a sociedade.

Palavras-chave: Língua. Sociedade. Enunciação. Dialética.

Abstract: The goal of this study is to make a review of the Benvenistian thought about the relation between language and society, identifying, within this reflection, theoretical elements that allow a new linguistic approach, which sets enunciation as the point of convergence of language, speaking subject, and society. Through the recognition of a dialectical view in Benveniste's theorization of enunciation, and through the identification of a Marxist materialistic influences in his conception of society, this paper intends to present, prospectively, a possible way of development for the enunciative perspective, taking as theoretical axiom the Benvenistian assumption that language contains society.

Keywords: Language. Society. Enunciation. Dialectics.

Introdução

O presente trabalho parte da constatação de um leitor atento do linguista sírio-francês² Émile Benveniste, o qual entrevê a potencialidade de um pensamento que, embora consolidado no campo da linguística enquanto a base para o que se convencionou chamar de “teoria da enunciação”, não se deixa reduzir a ela. A bem da verdade, não chega a ser novidade o gesto de apontar para a amplitude teórica do linguista. Qualquer um que tome por empreitada mergulhar no conjunto de textos que compõem os dois volumes de *Problemas de linguística geral* (BENVENISTE, 1966/2005; 1974/2006) logo se depara com problemáticas

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Émile Benveniste nasceu Ezra Benveniste, na cidade síria de Aleppo, em 1902. No entanto, foi enviado a Paris pelos pais ainda criança, em 1913, naturalizando-se sob o nome Émile Benveniste em 1924. Para Rosário (2018), “[...] se o nome francês vem com a naturalização francesa, uma necessidade para ele, sua relação com a língua e cultura francesas vem desde a infância. Essas considerações tornam, aliás, sem sentido a denominação ‘linguista sírio’ que lhe é frequentemente atribuída” (ROSÁRIO, 2018, p. 22, em nota). Estamos de pleno acordo com a autora no que se refere a esse assunto, e, se remetemos a Benveniste através da expressão fonte desta nota (a qual não voltará a se repetir ao longo deste trabalho), é apenas a título de resumo desta breve informação de caráter biográfico.

que, embora impliquem o fenômeno enunciativo, são de um alcance que alçam a reflexão linguística ao patamar de uma verdadeira “antropologia da linguagem” (cf. FLORES, 2013; 2017). A constatação da qual falamos aqui possui muito dessa intuição aguçada, pois permite vislumbrar, nos trabalhos de Benveniste, uma tentativa de dar ao estudo da língua um valor que ultrapassa a si próprio, isto é, que faz da língua o lugar e a condição através da qual o linguista pode falar sobre a condição do homem enquanto ser falante e enquanto membro da sociedade.

Assim, partimos de Milner (2003), o qual, em seu belo texto *Ibat obscurus*³, que entrelaça a vida e a obra de Benveniste, chega mesmo a afirmar que, nas entrelinhas da produção científica do linguista, tem-se por vezes a impressão de haver mensagens políticas lançadas na direção de quem souber reconhecê-las⁴. É ele, talvez, o primeiro autor a reconhecer a forte influência de um pensamento “hegeliano-marxista” em Benveniste, que se manifesta em seu modo de conceber a linguagem e suas funções. Seguindo os passos desse autor, nosso objetivo neste trabalho consiste em mostrar de que maneira a relação estabelecida por Benveniste entre língua e sociedade, em seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), é reveladora de um linguista interessado pelas ideias de Hegel e Marx, ao mesmo tempo em que buscamos determinar a originalidade de sua visão de sociedade. Ao nosso modo de ver, a perspectiva benvenistiana da relação entre essas duas entidades, ao incorporar o ato enunciativo como parte central da reflexão, abre para a linguística da enunciação a possibilidade de um estudo sediado nessa relação.

Assim, este trabalho se encontra dividido em três partes. Na primeira delas, realizamos uma revisão do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), através da qual elucidamos a perspectiva semiológica instaurada por Benveniste para o estudo da relação entre língua e sociedade. Na segunda parte, buscamos mostrar o quanto a consideração da língua enquanto base da diferenciação entre individual e coletivo é tributária de uma visão dialética de origem hegeliana, e o que ela revela acerca da noção de sociedade em Benveniste. Na terceira parte, procuramos demonstrar a presença de um viés marcadamente marxista nessa reflexão do linguista, uma vez tomada a sociedade como estrutura. Por fim, concluímos a investigação, mobilizando os pontos abordados de forma a discutir, de maneira prospectiva,

³ O texto em questão integra a obra de Jean-Claude Milner, intitulada *Le périple structural: figures et paradigmes* (2002). Aqui, no entanto, faremos uso de sua tradução para o espanhol (MILNER, 2003).

⁴ Nas palavras do autor: “Después de 1925 no hay más declaraciones públicas; sin embargo, leyendo las contribuciones científicas se tiene a veces una impresión de mensajes políticos lanzados en dirección de que sepa reconocerlos” (MILNER, 2003, p. 93).

sobre a possibilidade de uma linguística fundada a partir da premissa benvenistiana de que “a língua contém a sociedade”.

Gostaríamos, antes de dar início ao estudo, de destacar dois pontos. Em primeiro lugar, que a leitura aqui efetuada da obra benvenistiana é de caráter pessoal e não exaustivo, isto é, não tomamos como intuito dar conta da totalidade da reflexão trazida pelo linguista em nenhum de seus textos, nem de inculcar uma “verdade” sobre sua produção intelectual. Trata-se tão somente de um gesto de abertura da teoria a questões com as quais ela certamente estabelece diálogo. Em segundo lugar, a reflexão aqui desenvolvida apresenta-se como parcial, na medida em que decorre da produção de uma tese de doutorado.

Língua e sociedade: uma visada semiológica

De início, é importante ressaltar que nossa escolha pelo texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) para tratar do tema aqui proposto não significa que a problemática da relação entre língua e sociedade se apresenta exclusivamente nele. A questão constitui, bem ao contrário, uma constante na formulação teórica do linguista, de tal modo que uma das possíveis formas de se olhar para a sua obra como um todo consiste justamente em ver, nela, um grande e laborioso esforço de demonstração da inter-relação necessária entre língua, homem e sociedade⁵. No entanto, é certamente em seu texto de 1968 que vemos esse tema posto como objeto principal. Isso faz dele o texto norteador de nossa leitura, em torno do qual os demais serão articulados.

Nele, Benveniste começa por um dado de evidência, de caráter essencialmente antropológico: “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (BENVENISTE, 2006, p. 93). No entanto, dessa relação de necessidade entre homem e linguagem, decorre uma constatação ainda mais ampla:

A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir desse momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra (BENVENISTE, 2006, p. 93)⁶.

Podemos concluir, só com base na passagem acima, que essas duas entidades, “linguagem” (leia-se língua) e sociedade, encontram-se na mais íntima das relações, e que, tal

⁵ Concordamos, desse modo, com a afirmação de Barthes (1987), para quem Benveniste, ao conceber a indissociabilidade entre linguagem e sociedade, toma sempre “a linguagem naquilo a que poderíamos chamar as suas concomitâncias: o trabalho, a história, a cultura, as instituições, em suma, tudo aquilo que faz o real do homem” (BARTHES, 1987, p. 151).

⁶ Benveniste faz, neste trecho, uso do termo “linguagem”. No entanto, fica evidente a relação de sinonímia que ele aqui estabelece com a noção de “língua”, como é comum em muitos de seus trabalhos. Atesta isso o fato de ele se referir à linguagem, nessa mesma passagem, através do sintagma “signos de comunicação”.

como acontece na relação entre homem e linguagem, não podemos imaginar uma sem a outra. Tal conclusão poderia nos levar a crer que fosse possível estabelecer, entre a estrutura de uma e de outra, correlações unívocas e constantes. Entretanto, Benveniste demonstra, através de uma breve revisão de estudos dessa ordem, que, se por um lado, língua e sociedade são entidades que estão intimamente ligadas, por outro, não se verifica entre elas uma relação de isomorfia a nível estrutural: “não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 95). Isso se evidencia através do fato de que línguas de estrutura muito semelhante são encontradas em sociedades muito diferentes entre si, e também pelo inverso; sociedades semelhantes fazendo uso de línguas de estruturas muito distintas. Da mesma forma, a evolução histórica parece nos distanciar de uma possível correlação estrutural, uma vez que língua e sociedade evoluem separadamente e em velocidades distintas, sendo a estrutura da língua sempre mais estável em relação às transformações da sociedade.

Essa constatação de incomensurabilidade estrutural entre língua e sociedade já é suficiente para nos fazer olhar com desconfiança para o título do artigo. Ora, não sendo a correlação entre as duas noções de ordem estrutural, por que Benveniste dá ao seu estudo o título de “*Estrutura da língua e estrutura da sociedade*”? Tal como o interpretamos, esse título parece trazer, simultaneamente, uma proposta de aproximação (entre língua e sociedade) e um gesto de desconstrução (da ideia de que essa aproximação se daria a partir de suas respectivas estruturas). Assim, para falar da relação entre língua e sociedade, Benveniste opta por partir do lugar-comum onde ela acontece nos debates linguísticos – lugar este que, como ele mesmo evidencia, é problemático, uma vez que cria pontos de vista que são incompatíveis (língua e sociedade possuem estruturas independentes, mas que são, ainda assim, reflexo uma da outra) –, apenas para deslocar o problema e repensá-lo sob outro aspecto.

Mas como deslocá-lo? E que outro aspecto é esse? Benveniste diz que é preciso, antes de tudo, “assinalar e corrigir uma confusão que é cometida entre duas acepções do termo língua e do termo sociedade, respectivamente” (BENVENISTE, 2006, p. 95-96). Trata-se, segundo o linguista, de separar, tanto na língua quanto na sociedade, um *nível histórico* e um *nível fundamental*. No nível histórico, estão língua e sociedade enquanto dados empíricos, particulares (língua russa, língua chinesa, língua francesa de um lado, sociedade russa, sociedade chinesa, sociedade francesa de outro). No nível fundamental, está a sociedade “como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” e a língua

“como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (BENVENISTE, 2006, p. 96). As conclusões levantadas por Edward Sapir e demais estudiosos sobre a não correspondência de estrutura e de natureza entre língua e sociedade seriam o resultado de comparações entre língua e sociedade em nível histórico, ou mesmo na completa ignorância de tal distinção. Benveniste não discorda dessas constatações, mas observa que elas constituem “um ponto de vista um pouco sumário que é preciso ultrapassar” (BENVENISTE, 2006, p. 95). Essa ultrapassagem se dará, portanto, a nível fundamental, ponto de vista através do qual o linguista vê a possibilidade de se estabelecer homologias entre língua e sociedade: ambas são realidades inconscientes, ambas são herdadas, e o princípio de nenhuma delas pode ser mudado pela vontade dos homens (BENVENISTE, 2006, p. 96).

Tomando então língua e sociedade na sua acepção fundamental, Benveniste se pergunta: “Então como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Podemos ver, logo nesta interrogação, evidências de um princípio de método que merece cuidadosa atenção. No esquema proposto por Benveniste, supor a relação entre língua e sociedade implica necessariamente em analisar a sociedade *através da análise da língua*. O linguista afirma no parágrafo seguinte: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise da sociedade*” (BENVENISTE, 2006, p. 97, grifos nossos). O que significa colocar a relação nesses termos? Pensar a sociedade através da análise da língua significa, para Benveniste, tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (BENVENISTE, 2006, p. 97). A relação entre as duas entidades não se dará em nível de estrutura, como faz sugerir o título do texto; ela será de ordem *semiológica*. Trata-se, portanto, de olhar para a sociedade através do prisma da língua, o que significa, em última instância, em olhar para a sociedade *na língua*.

A aproximação efetuada por Benveniste entre língua e sociedade a partir de um ponto de vista semiológico, ou seja, a partir de uma relação de interpretante com interpretado, leva-o a formular duas “proposições conjuntas”. São elas, nas palavras do linguista: “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). O primeiro ponto a se notar em relação a essas duas proposições é a aparente contradição que parece haver entre elas. Ora, tomar a língua enquanto “interpretante” da sociedade nos levaria a supor, em um primeiro momento, que língua e sociedade são entidades independentes uma da outra, cabendo ao elemento língua dar um sentido (interpretar) ao elemento – externo e já constituído – sociedade. Como relacionar

isso com a ideia de que a língua *contém* a sociedade? O movimento teórico de Benveniste é, no mínimo, interessante: ele faz da segunda proposição a própria *justificação* da primeira. A língua é o interpretante da sociedade *justamente porque* ela contém a sociedade. Ou seja, “interpretar” aqui não pode ser tomado em uma acepção hermenêutica, isto é, como a atribuição de determinado sentido a algo já existente. “Interpretar”, na acepção semiológica, diz respeito a uma tarefa que é dupla e simultânea; a língua *significa* e, ao fazê-lo, ela *cria*. Assim, o papel da língua enquanto interpretante “é inicialmente e do ponto de vista puramente literal *fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível*” (BENVENISTE, 2006, p. 98, grifos nossos). Desde esse ponto de vista, a conclusão não poderia ser outra: “A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Concluimos, com isso, que, na perspectiva benvenistiana, é só por intermédio da análise da língua que o linguista pode dizer algo a respeito da sociedade⁷. A análise da sociedade está, assim, sob esse ponto de vista, condicionada a uma análise linguística. É o ponto de vista teórico determinando o método de análise.

A leitura que realizamos até aqui nos permite identificar, nessas duas proposições - “a língua é o interpretante da sociedade” e “a língua contém a sociedade” – uma potência teórica de enorme alcance, e que permite fazer delas os axiomas de toda uma linguística, da qual Benveniste, ainda neste mesmo texto, dá alguns direcionamentos. Com a primeira das proposições, estabelecemos os componentes e suas respectivas funções: a língua, tomada enquanto sistema de formas significantes, ocupa o lugar de interpretante; a sociedade, pensada enquanto princípio de coletividade humana, assume a posição de interpretado. Com a segunda proposição, explicamos a razão fundamental dessa interação: a língua é o interpretante e a sociedade é o interpretado porque o modo de organização da sociedade está contido no modo de organização da língua.

Reconhecemos, desse modo, certo grau de subordinação metodológica: porque “a língua contém a sociedade”, seu papel de interpretante faz dela não apenas o *operador* de uma análise da sociedade, mas também o próprio *objeto* dessa análise. Simultaneamente instrumento e objeto, a língua enquanto interpretante da sociedade figura, assim, tal como

⁷ Enfatizamos aqui a necessidade de se ter em mente que falamos sempre desde o ponto de vista do *linguista*. Ora, é como linguista, e a partir de uma visada semiológica, que Benveniste considera a relação entre língua e sociedade. Consequentemente, a subordinação metodológica que colocamos em relevo se dá justamente em função do ponto de vista semiológico que Benveniste instaura, e que o diferencia da perspectiva sociológica, sem que isso implique em uma desqualificação desta.

Benveniste a considera, um “meio de análise da sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Esta se dá, portanto, *na e pela* língua.

Para dar conta de demonstrar a segunda de suas proposições conjuntas, Benveniste sugere dois modos de verificação. O primeiro deles aponta para um dado de caráter empírico:

De início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta (BENVENISTE, 2006, p. 97-98).

O que este fato parece colocar em evidência é a especificidade *metalinguística* da língua. Trata-se, portanto, de um lado, da capacidade da língua de ser, ao mesmo tempo, um *objeto de análise isolável* e o próprio *instrumento* dessa análise. Não só temos a possibilidade de (na realidade, somos obrigados a) estudar a língua tomando como ferramenta conceitual a própria língua, como também podemos fazê-lo de forma isolada, dissociando-a de seu emprego e, através disso, das relações que ela estabelece com o mundo, para descrevê-la em suas propriedades intrínsecas. A sociedade, por outro lado, não dispõe de um aparelho conceitual que lhe seja próprio para descrever-se a si mesma. Cabe à língua fornecer o instrumental de análise, através de sua capacidade de expressão linguística. Como Benveniste afirma mais adiante, ainda no mesmo texto: “Há uma metalinguagem, não há metassociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 100). Assim, o fato de que usamos a língua para falar da sociedade e da própria língua, e de que, inversamente, não temos meios de usar a sociedade para falar da língua e da própria sociedade, não só coloca em destaque uma relação assimétrica de “incluir” e “incluído”, como também, através dela, compreendemos que o papel de “interpretante” atribuído à língua implica também em uma questão *operacional*, uma vez que ela constitui “necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar” (BENVENISTE, 2006, p. 99). Como podemos concluir, a reflexão condensada nessas passagens são fortemente antecipadoras do projeto semiológico que o linguista apresentaria no ano seguinte, através do texto *Semiologia da língua* (1969), uma vez que atribui desde já à língua uma posição central em virtude de sua propriedade de *interpretância*⁸.

⁸ Embora não apareça exatamente nesses termos, é possível ver aqui a elaboração do princípio de *interpretância* da língua, o qual será o grande operador da reflexão de Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), ainda que não se trate exatamente da “relação de interpretância” tal como a vemos neste último texto, uma vez que o que está em jogo, no texto de 1968, é olhar para o modo como a sociedade encontra seu fundamento no interior da língua, e não para a relação entre sistemas de signos, tal como Benveniste o faz no texto de 1969. No entanto, vemos operar, em ambas as investigações, o mesmo gesto metodológico: “Que a língua seja aqui instrumento e

A segunda maneira pela qual Benveniste expõe sua tese de que a língua contém a sociedade (e a que nos interessa em especial aqui) é afirmando que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Como nos cabe aqui determinar de que maneira o ato enunciativo se faz presente nesse rico debate, é para essa consideração que partiremos imediatamente.

Uma dialética singular: a língua como base da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade

Conforme vimos, ao expor sua perspectiva semiológica de análise da relação entre língua e sociedade através da dupla axiomática “a língua é o interpretante da sociedade” e “a língua contém a sociedade”, Benveniste coloca, como uma das formas de demonstrá-las, a língua enquanto base de diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Para isso, o linguista parte de uma consideração pragmática: a situação de fala.

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade (BENVENISTE, 2006, p. 101).

O que Benveniste busca demonstrar aqui é que a diferenciação entre indivíduo e sociedade, princípio básico da organização social, constrói-se a partir de uma distinção no interior da própria língua, a qual constitui simultaneamente a possibilidade mesma da atividade linguageira:

Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. [...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua uma operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Assim, o que está na base de diferenciação entre indivíduo e sociedade é um mecanismo linguístico, responsável pela categoria linguística de *pessoa*. Aqui, vemos

não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos” (BENVENISTE, 2006, p. 61).

claramente o quanto a relação que se estabelece entre locutor e alocutário no ato de enunciação assume uma função determinante da realidade antropológica e social do homem, uma vez que é justamente em virtude do “instrumento linguístico” constitutivo deste ato que confere à língua a característica dupla e paradoxal de suprir ao mesmo tempo uma necessidade individual e ser coextensiva a toda uma coletividade. Fica, portanto, evidente a relação que há entre este texto e os estudos de Benveniste voltados à análise da categoria de *pessoa*, datados da década de 1940 e 1950, como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). É principalmente nesses textos que o linguista desenvolve sua reflexão sobre a distinção entre “pessoa” e “não pessoa”, estabelecendo-a como o princípio que permite e coordena a conversão da língua em discurso.

Apropriando-se da língua através de índices pessoais, o homem constitui-se como sujeito na e pela sua própria enunciação, incluindo a si mesmo no seu discurso como *eu*, e se situando em relação a um *tu*; em sentido mais amplo, situando-se em relação à sociedade⁹. A língua fornece, assim, em sua própria estrutura, uma *subestrutura*¹⁰, um mecanismo responsável pelo “duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 101): de um lado, a relação interpessoal “eu-tu”, fundamento da intersubjetividade; de outro, a relação “eu-tu/ele”, fundamento da referência e possibilidade mesma de abertura do homem ao mundo. É nesses termos que está posta a condição antropológica dada pela língua. Cabe lembrar, aqui, as palavras de Ono (2007):

Benveniste supõe aqui não somente a relação dialógica na qual o ‘eu’ do locutor é ouvido por seu alocutário, mas também uma comunidade de homens que se chamam de ‘eu’ e chamam ao outro de ‘tu’. Essa abertura da enunciação à relação dialógica introduz a relação social (ONO, 2007, p. 166).

E também as de Dessons (2006): “Há assim, ligada à natureza da língua, uma condição social específica do humano: ela torna indissociáveis o devir do indivíduo e aquele da coletividade” (DESSON, 2006, p. 50, tradução nossa)¹¹. Compreende-se, assim, a razão

⁹ Teixeira (2012) também partilha da ideia de que o estudo dos pronomes em Benveniste, para além da clausura da descrição linguística, constitui um dos exemplos que evidenciam o desejo de Benveniste por uma ciência geral do homem, aproximando sua reflexão a uma antropologia da linguagem. Diz a autora: “[...] mais do que uma descrição de categorias fundamentais da língua, seu estudo sobre os pronomes coloca-nos no âmago de uma problemática da interlocução, pois essas categorias são precisamente aquelas em que se amarram as relações do *eu* com aquilo que é privado da marca do *eu*. E, mais do que isso, coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem” (TEIXEIRA, 2012, p. 79).

¹⁰ Ou como afirma Dufour (2000): “O prisma formado pelo conjunto ‘eu’, ‘tu’, e ‘ele’ funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*” (DUFOUR, 2000, p. 69, grifos do autor).

¹¹ No original: “*Il y a ainsi, liée à la nature de la langue, une condition sociale spécifique de l’humain : elle rend indissociables le devenir de l’individu et celui de la collectivité*” (DESSONS, 2006, p. 50).

pela qual Benveniste diz, em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), que “a partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares” (BENVENISTE, 2005, p. 27, grifos do autor). Indivíduo e sociedade são termos complementares porque ambos encontram seu fundamento na língua, juntos e por igual necessidade. É nela e por intermédio dela que ambos se determinam, o que faz novamente da língua ao mesmo tempo o lugar e o instrumento de emergência desta dualidade fundante. Daí a situação paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade.

É fácil identificar, nessa relação de reciprocidade entre termos opostos, um pensamento marcadamente orientado pela *dialética*. O fecundo conceito de “dialética”, cujo reconhecimento maior no âmbito da filosofia se deve ao idealismo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e à posterior crítica materialista feita por Karl Marx, diz respeito a um modo de pensar que se estabelece a partir de relações constitutivas entre termos opostos¹². O *The dictionary of anthropology* define o pensamento dialético da seguinte forma:

Central para o pensamento dialético é a perspectiva da *totalidade*, geralmente confundida com simples holismo. Embora a perspectiva da totalidade seja uma visão do todo, sua ênfase é principalmente *relacional*. Ou seja, em vez de se iniciar por objetos delimitados e discretos, para então colocá-los em relações analíticas uns com os outros, começa-se pelas próprias relações e entende-se os objetos (como “objetos de relação” e não “objetos em relação”) nesses mesmos termos. Em segundo lugar, o pensamento dialético enfatiza o *processo*, e o objetivo não é produzir uma análise estática de relações e objetos congelados no tempo, mas ver as relações e os objetos em formação e apreender a direcionalidade deste processo, de forma a entender a potencialidade das relações e dos objetos. Em terceiro lugar, o pensamento dialético enfatiza a *contradição*, a qual deve ser compreendida nos termos das duas ênfases anteriores. O objetivo é identificar as relações internas à totalidade que puxam em direções opostas, que contêm, coexistindo dentro de si, possibilidades mutuamente opostas (BARFIELD, 1997, p. 116, tradução nossa, grifos do autor)¹³.

¹² É importante aqui fazer a ressalva de que “dialética” é um conceito antigo na filosofia, cuja origem se dá entre os gregos. Abbagnano (2007) afirma que este termo “não foi empregado, na história da filosofia, com significado unívoco, que possa ser determinado e esclarecido uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas inter-relações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum” (ABBAGNANO, 2007, p. 269). O autor identifica quatro significados fundamentais do termo: a) dialética como método da divisão (visão platônica); b) dialética como lógica provável (visão aristotélica); c) dialética como lógica (visão estoica, difundida na Idade Média); d) dialética como síntese dos opostos (visão hegeliana). É neste último sentido que convocamos o conceito em nossa reflexão.

¹³ No original: “Central to dialectical thought is the perspective of the totality, often confused with simple holism. Although the perspective of totality is a vision of the whole, its emphasis is primarily relational. That is, rather than beginning with discrete, bounded objects and placing them in analytical relationships to each other, one begins with the relations themselves and understands objects (as “objects of relation” rather than “objects in relation”) in terms of them. Second, dialectical thought emphasizes process, and the aim is not to produce a static analysis of relations and objects frozen in time but to see both relations and objects in formation and to grasp the directionality of that process, to understand the potentiality of relations and objects. Third, dialectical thought emphasizes contradiction, which must be understood in terms of the two previous emphases. The aim is to identify relations internal to a totality that pull in opposite directions, that contain within them coexisting mutually opposed possibilities” (BARFIELD, 1997, p. 116).

Reconhecemos essa configuração de pensamento em *Da subjetividade na linguagem* (1958), quando Benveniste demonstra que a condição de diálogo, isto é, de reciprocidade entre *eu* e *tu*, é o que permite ao homem diferenciar-se do que não é ele. Afirma o linguista:

Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (BENVENISTE, 2005, p. 287).

É nítida a semelhança de definições: a “realidade dialética” de que fala Benveniste envolve um englobar de termos opostos (indivíduo e sociedade) que se definem unicamente a partir da sua relação mútua. As polaridades “eu-outro” e “indivíduo-sociedade” constituem, assim, desde uma perspectiva dialética, não objetos *em* relação, mas objetos *de* relação, pois não preexistem a ela; são realidades opostas que nascem e dependem da relação que estabelecem entre si. O fundamento dessa relação, informa-nos Benveniste, é dado pela língua. A categoria de *pessoa*, responsável pela possibilidade de conversão da língua em discurso, surge, portanto, de uma relação dialética entre *eu* e *tu*. Desse modo, assim como Marx se faz valer do pensamento dialético hegeliano para pensar a organização social a partir de sua base material, Benveniste mobiliza o dialetismo para pensar a sociedade a partir de seu fundamento linguístico¹⁴.

A mesma condição de necessidade será colocada em evidência no texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), desta vez para afirmar que a sociedade, enquanto princípio fundamental do homem, nasce de uma relação dialética, mediada pela língua, entre o indivíduo e o que lhe é alteridade: “A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares” (BENVENISTE, 2005, p. 27). Esta relação se dá por intermédio da língua porque só ela, enquanto realização por excelência da capacidade simbólica do homem, permite a instauração da experiência intersubjetiva e a possibilidade de referir ao mundo via

¹⁴ Cabe, aqui, remeter a discussão a Milner (2003), o qual reconhece, em Benveniste um ávido leitor do filósofo alemão: “Benveniste lo leía en el original y lo citaba en alemán, sin traducir” (MILNER, 2003, p. 93). Como bem mostra o autor, a presença de Hegel faz-se presente até mesmo textualmente, como através da citação hegeliana com a qual Benveniste termina seu prefácio de *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1935), bem como na transparente alusão à dialética do amo e do escravo, sugerida em seu artigo *Liber et liberi* (1936). No entanto, cabe também pontuar a crítica que Dessons (2006, p. 153) tece acerca do que ele chama de o *malentendu philosophique* de Hegel. O autor mostra que, embora possamos identificar em Benveniste um leitor de *A fenomenologia do espírito*, provavelmente através do seu colega hegeliano Alexandre Kojève (1902-1968), o linguista “via que o problema no qual tropeça a fenomenologia é exatamente aquele da linguagem”. No original: “Que Benveniste se soit ou non inspiré directement de *La Phénoménologie de l’Esprit*, qu’il ait ou non lu Kojève, ce n’est pas véritablement important. Ce qui compte, c’est qu’il voie bien que le problème auquel achoppe la phénoménologie est celui du langage” (DESSONS, 2006, p. 163).

discurso. Como Benveniste expõe em *A linguagem e a experiência humana* (1965), “desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006, p. 69). Novamente, o linguista conclui: “Uma dialética singular é a mola desta subjetividade” (BENVENISTE, 2006, p. 69). É dialética porque os termos dessa relação opositiva nascem de sua própria relação opositiva; e é singular porque não encontra paralelos¹⁵ fora da língua. Poderíamos até mesmo dizer que o mecanismo linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso constitui a realidade dialética por excelência. É desse princípio dialético que Benveniste extrai sua noção de sociedade em nível fundamental, base comum da vida individual e coletiva.

O que vemos, portanto, é uma estrutura linguística responsável pela enunciação que assegura, de um só golpe e complementarmente, a condição intersubjetiva do homem e a sociedade enquanto coletividade humana. Benveniste coloca, assim, a atividade languageira como o fundamento da realidade humana, invertendo a relação de encaixe sociológica por ele evocada no texto *Semiologia da língua* (1969)¹⁶.

Um Benveniste leitor de Marx: sociedade como estrutura

A leitura do texto benvenistiano *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) permite, ainda, identificar uma definição de sociedade que se dá a partir da propriedade presente no próprio título do artigo citado, a saber, o aspecto de sua *organização estrutural*. Benveniste reconhece uma *estrutura* inerente à sociedade, ainda que deixe claro que não será em função dela que ele estabelecerá a relação entre as duas entidades, mas sobre a qual cabe determo-nos por um instante. Retomemos o raciocínio efetuado pelo linguista no texto de 1968:

¹⁵ Como diz Benveniste em *Da subjetividade na linguagem* (1958): “Procure-se paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 287).

¹⁶ Referimo-nos, aqui, à passagem do texto *Semiologia da língua* (1969) na qual Benveniste, ao tratar brevemente da relação entre língua e sociedade, contrapõe a sua perspectiva semiológica à forma tradicional como ela é comumente tratada na sociologia. Nas palavras do linguista: “Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade – tema de muitos debates – e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte esta relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade. Assim, a relação de interpretação, que é semiótica [leia-se semiológica], inverte a relação de encaixe, que é sociológica” (BENVENISTE 2006, p. 63, acréscimo nosso).

A base da estrutura linguística é composta de unidades distintas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são em número finito, são combináveis e são hierarquizadas. *A estrutura da sociedade não pode ser reduzida a este esquema, ela é de natureza dupla. Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado o sistema do parentesco; e de outro um sistema de relação, de divisão, é o sistema das classes sociais que é agenciado pelas funções de produção.* Ora, nem os indivíduos nem os grupos variados de indivíduos se deixam transpor em unidades ou grupos de unidades comparáveis às da língua (BENVENISTE, 2006, p. 95, grifo nosso).

Essa passagem é normalmente evocada para atestar a incompatibilidade estrutural entre língua e sociedade. No entanto, ela é também reveladora de uma visão acerca das relações que definem a estrutura da sociedade. Observemos bem: Benveniste concede a natureza da organização social como sendo de caráter duplo: de um lado, há um sistema que se constitui a partir das relações de parentesco; de outro, um sistema que se organiza em função da divisão de classes sociais. No primeiro deles, encontramos uma visão que se liga profundamente às investigações antropológicas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), da qual não nos ocuparemos aqui¹⁷. O segundo caráter, porém, é revelador de uma visão marcadamente marxista. Benveniste reconhece que a estrutura da sociedade também é composta por um sistema de relações organizadas por “funções de produção”. Notamos aqui uma perspectiva que parece se alinhar muito com o pensamento produzido pelo materialismo histórico de Karl Marx. Ora, é justamente em oposição à concepção de Hegel (que vê a sociedade como oriunda de uma noção idealista de Estado), que Marx concebe a sociedade como “o resultado da organização dos meios de produção e de sua distribuição entre os homens” (DUTRA, 2013). Trata-se, na perspectiva marxista, de pensar a sociedade desde uma perspectiva materialista, ou seja, a partir do princípio de que “é o modo dos homens procurarem seus meios de subsistência que determina os demais aspectos da vida social” (ENGELS *et al.*, 1945, p. 194). A sociedade, desde este ponto de vista, é tomada como o resultado da necessidade humana de transformar a natureza para produzir os meios de sua própria subsistência. O *trabalho*¹⁸ surge, então, como noção fundamental para se compreender

¹⁷ Embora não seja nosso tema, é sempre importante lembrar a grande proximidade entre os pensadores. Benveniste foi membro avaliador da tese de doutorado de Lévi-Strauss, intitulada *Les structures élémentaires de la parenté*, em 1948, e, décadas mais tarde, co-redigiu com ele a revista *L'Homme* (cf. DOSSE, 2007, p. 49; DOSSE, 1994, p. 61). Investigar mais detidamente a presença do pensamento de Lévi-Strauss na obra de Benveniste é algo que ainda está por ser feito, e que, acreditamos, pode trazer nova luz ao estudo de sua reflexão linguística.

¹⁸ Nas palavras de Andery (2012): “[...] para Marx, a base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem, está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história, o trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permitem antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade.” (ANDERY, 2012, p. 399).

as relações sociais, pois é justamente em função dele, na acepção materialista, que tais relações se estabelecem:

Nenhuma sociedade pode viver e desenvolver-se sem produzir as utilidades necessárias à sua existência. Ora, as utilidades necessárias à existência não são fornecidas espontaneamente pela natureza; o homem deve produzi-las com o seu trabalho. Ao fabricar os objetos de uso, o homem modifica as substâncias da natureza, transforma-as e adapta-as a fim de satisfazerem as suas necessidades. Nesse sentido, a produção é a ação do homem sobre a natureza. O homem, porém, existe e produz não como indivíduo isolado, mas como membro da sociedade. Assim, pois, o processo de produção supõe uma determinada relação não apenas entre a sociedade e a natureza mas também entre os próprios homens (ENGELS *et al.*, 1945, p. 350).

As relações que os homens estabelecem entre si em função do trabalho constituem, portanto, *relações de produção*, e são estas, por sua vez, que configuram a divisão da sociedade em classes sociais. É nítida, desse modo, a alusão que se percebe, na definição estrutural de sociedade em Benveniste, à visão marxista. Surpreendemos elementos desta visão de organização social em outros momentos de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). Benveniste diz, ao afirmar a impossibilidade de se estabelecer uma relação histórica ou genética entre língua e sociedade:

A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, *pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos*. É neste *trabalho coletivo e por este trabalho coletivo* que a língua se diferencia, aumenta sua eficiência, da mesma maneira que *a sociedade se diferencia em suas atividades materiais e intelectuais* (BENVENISTE, 2006, p. 97, grifos nossos).

É interessante a correlação que Benveniste estabelece aqui entre o processo de desenvolvimento e elaboração da língua e da sociedade. Poderíamos, tal como sugere o linguista, tomar a atividade linguística a partir da noção de “trabalho coletivo”, tal como Marx o faz com a sociedade? Talvez seja nessa direção que Benveniste segue ao afirmar que, através da língua, “o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma *classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção*” (BENVENISTE, 2006, p. 101-102, grifos nossos). Ora, conforme pontua o linguista, a língua, tomada enquanto “prática humana”, é reveladora do “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum” (BENVENISTE, 2006, p. 102). Poderíamos, portanto, considerar a noção benvenistiana de “prática humana” como a possibilidade de se olhar para a língua enquanto um modo particular de produção¹⁹? Não à toa, Benveniste, ainda no mesmo texto, confere à

¹⁹ Cabe ressaltar que “modo de produção” é uma noção fundamental para o pensamento marxista. Define-se, conforme Engels *et al.* (1945), como “os meios que possui o homem para procurar a sua própria subsistência” (ENGELS *et al.*, 1945, p. 196), e se baseia nos tipos de relações humanas que se estabelecem através do trabalho. Para Marx (1982), a história pode ser vista como uma sucessão de modos de produção material, os

língua a possibilidade de ser vista como um “sistema produtivo” (BENVENISTE, 2006, p. 103, 104).

A revolução teórica de Benveniste consiste em colocar, na base dessas relações de produção material que caracterizam a sociedade desde a perspectiva marxista, o poder significante e unificante da língua. Assim, conforme afirma:

Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que *cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva*. Este poder é a língua e apenas a língua (BENVENISTE, 2006, p. 97, grifos nossos).

Mais uma vez, está posto, para Benveniste, o papel fundante da língua na existência e na organização do humano. A atividade produtiva do homem e as relações e divisões que daí surgem decorrem do poder significante da língua. Assim, percebemos, em uma análise comparativa, que Benveniste, assim como Marx, pensa a sociedade a partir das relações intersubjetivas que as constituem, e não a partir de relações jurídicas, que colocam o Estado como entidade primeira, da qual dependeria a organização social (visão hegeliana). Porém, diferentemente de Marx, que vê nas relações *materiais* o princípio explicativo da sociedade, Benveniste reconhece na *língua* o fundamento e a própria possibilidade de tais relações²⁰. Ou ainda, Benveniste toma a língua, enquanto *prática humana*, como a realidade material por excelência, uma vez que, como aponta Milner (2003), ele “funda o sujeito e a subjetividade sobre uma base material: a linguagem enquanto proferida” (MILNER, 2003, p. 98, tradução nossa)²¹. Assim, para o autor, o destaque em itálico na passagem “É ‘ego’ que *diz* ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286)²², de “Da subjetividade na linguagem” (1958), “objetivam enfatizar que o dizer, aqui, é um dizer em ato” (MILNER, 2003, p. 98). Do que conclui:

Não somente a linguagem não é uma superestrutura [...], como também, em Benveniste, funciona como uma infraestrutura: a infraestrutura material da subjetividade. Seria um excesso reconhecer aqui [...] uma tentativa de teoria materialista dialética do sujeito? (MILNER, 2003, p. 98)²³.

quais se encontram na base das transformações sociais. São exemplos desses modos de produção o primitivo, o escravista, o feudal, o capitalista, o socialista e o comunista.

²⁰ Lembremos novamente da passagem do texto *Semiologia da língua* (1969), no qual está posta a inversão da relação de encaixe sociológica: “A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 63, grifo nosso).

²¹ No original: “[...] funda el sujeto y la subjetividad sobre una base material: el lenguaje en tanto que se profiere” (MILNER, 2003, p. 98).

²² A citação fonte desta nota não corresponde exatamente à versão traduzida para o português, uma vez que, nela, a expressão é “*diz ego*”, com “ego” em itálico e sem aspas. No texto original em francês, o que lemos é: “Est « ego » qui *dit* « ego »” (BENVENISTE, 1966, p. 260). Preferimos, portanto, fazer corresponder a passagem ao original.

²³ No original: “«Es ‘ego’ el que dice ‘ego’» las bastardillas son de Benveniste; en sentido proprio, apuntan a enfatizar que el decir, aquí, es un decir en acto. No solamente el lenguaje no es una superestructura [...], sino que, en Benveniste, funciona como una infraestructura: la infraestructura material de la subjetividad. ¿Es un exceso reconocer aquí [...] una tentativa de teoría materialista dialéctica del sujeto?” (MILNER, 2003, p. 98).

Desse modo, para Benveniste, as relações de produção em função das quais a sociedade se organiza (e das quais fala Marx) só são possíveis porque o homem é, em primeiro lugar, um ser de linguagem, e que, portanto, faz dela a sua realidade material, na e pela enunciação.

Considerações finais

No percurso de leitura realizado até aqui, buscamos mostrar, ao menos em linhas gerais, o quanto o pensamento linguístico de Émile Benveniste é imbuído de um profundo interesse pela questão da relação entre língua e sociedade, a qual convoca, no seio de sua teorização, a presença do sujeito falante e da atividade enunciativa. Poderíamos até mesmo dizer que a enunciação é, em conjunto com a propriedade significante da língua, a base sobre a qual se dá a relação estabelecida pelo linguista em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). De fato, há muita novidade em articular língua e sociedade à luz de uma teorização enunciativa acerca dos pronomes. E há, sobretudo, uma novidade enorme em tomar a reflexão sobre “a inclusão do falante em seu discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 101) como um caminho teórico possível para pensar sobre “a pessoa na sociedade enquanto participante” (BENVENISTE, 2006, p. 101). Ora, o ato enunciativo, por se dar a partir de um mecanismo linguístico de caráter intrínseca e dialeticamente intersubjetivo, é a manifestação mais explícita de nossa condição enquanto sujeitos sociais. A condição de reciprocidade que é inerente à sociedade decorre, assim, dessa situação única e paradoxal que caracteriza a língua, e que a permite, ao mesmo tempo, suprir uma necessidade profundamente individual e ser coextensiva a toda a coletividade.

Tais observações nos levam à conclusão de que Benveniste oferece, através de suas investigações, os pressupostos teóricos para um possível modo de fazer linguística, ou, ao menos, para pensar a enunciação sob uma perspectiva ainda pouco explorada. Ao apresentar a estrutura de base responsável pelo funcionamento subjetivo e referencial do discurso, o linguista coloca a língua sob uma nova configuração, que diz respeito ao seu aspecto social, enquanto atividade linguística no seio da sociedade, considerando-a, portanto, como uma “prática humana” (BENVENISTE, 2006, p. 102). A partir do momento em que o falante, através do exercício da língua, inclui-se em seu discurso, ele ao mesmo tempo se situa e se inclui em relação à sociedade, o que significa que ele necessariamente o faz a partir de um lugar dessa organização social, situando-se, desse modo, em uma “classe”. Vemos aqui o fenômeno da enunciação sob uma perspectiva mais ampla se comparado àquela teorizada no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Neste último, a enunciação, enquanto

fenômeno linguístico, é contemplada em seu aspecto *individual*, sendo assim definida como “este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82, grifo nosso). Trata-se, neste caso, de examinar a relação que se estabelece entre locutor e língua na e pela enunciação. Benveniste toma, assim, o ato de enunciação como “o fato do locutor que mobiliza a língua *por sua conta*” (BENVENISTE, 2006, p. 82, grifos nossos). Desse modo, “enquanto **realização individual**, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*” (BENVENISTE, 2006, p. 84, negrito nosso, itálico do autor). Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), Benveniste, ao considerar a língua em relação à sociedade, também fala de *apropriação*, mas não exatamente da mesma forma:

Eu poderia descrever este fenômeno como uma *apropriação* por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se *apropria* dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (BENVENISTE, 2006, p. 102, grifos nossos).

A consideração da relação entre língua e sociedade no ato-processo enunciativo – aqui entendido como “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 102) – permite olhar para a enunciação a partir de um outro ângulo, não apenas como ato estritamente individual de apropriação da língua por um locutor, mas também como apropriação por *coletividades humanas*, ou, melhor dizendo, como a apropriação da língua por um locutor que se insere em uma coletividade justamente através desse ato de apropriação, e da qual se torna integrante. Desde este ponto de vista, o modo de entrada do falante em seu dizer também é responsável pelo modo de entrada do indivíduo na sociedade. Consequentemente, a noção de “apropriação” é ressignificada, implicando não apenas a atualização da língua em discurso, como também a sua *transformação e renovação via discurso*. Olhar para a apropriação da língua no âmbito da relação entre língua e sociedade permite, portanto, entender o processo de *diferenciação lexical* que constitui os “sistemas de designação” responsáveis pelo “semantismo social” que faz do vocabulário esse testemunho insubstituível “sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc” (BENVENISTE, 2006, p. 100)²⁴. Ou seja, a análise linguística, sob esta perspectiva, leva

²⁴ Neste ponto, cabe uma ressalva com relação ao texto *O aparelho formal da enunciação* (1970): É possível sim identificar uma visão enunciativa mais próxima daquela elaborada no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968). No entanto, ela parece encontrar mais abrigo na parte final do texto de 1970, na qual Benveniste, ao levar a discussão da enunciação para o seu “quadro figurativo”, isto é, para “a acentuação da relação discursiva com o parceiro” (BENVENISTE, 2006, p. 87), expõe exemplos nos quais a língua se apresenta justamente enquanto uma prática social, como nos casos da disputa verbal *hain-teny*, do povo Merina

necessariamente em conta a enunciação e a implicação desta no estudo da língua enquanto conjunto e sistema de designações.

Também é inegável o paralelo que Benveniste busca sutilmente tecer entre sua reflexão e uma compreensão de sociedade marcadamente influenciada pelo materialismo dialético. Nossa leitura nos permite acompanhar, nas entrelinhas do linguista, uma visão de sociedade organizada em classes, e que essa configuração se dá em função de suas relações de produção. Para Benveniste, porém, o fundamento de tais relações reside no poder de significação da língua e em seu modo único de organização, que possibilitam as relações inter-humanas e a ação transformadora do homem sobre a natureza. A noção de “produção”, tão cara ao pensamento marxista, também ocupa um lugar central na reflexão de Benveniste acerca da relação entre língua e sociedade. Assim, se, para Marx, a sociedade pode ser entendida a partir da maneira como as coletividades se organizam em função da *produção material* para sua subsistência (cf. JOHNSON, 1997, p. 26), Benveniste vê na língua um “sistema produtivo” de base, no sentido mais materialista do termo. Não à toa, o linguista aproxima a língua à ideia de uma “máquina”: “Se a língua é um instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma *máquina de produzir sentido*, em virtude de sua própria estrutura” (BENVENISTE, 2006, p. 99, grifos nossos). A língua é, desse modo, um sistema produtivo na medida em que “ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo” (BENVENISTE, 2006, p. 103). Ora, o fato de que a língua se encontra de tal modo organizada que permite aos falantes apropriarem-se dela para produzir sentido na instância caracterizadora do ato de enunciação dá, desde o ponto de vista linguístico, suporte para tomar a enunciação enquanto a própria possibilidade das relações produtivas que caracterizam a sociedade. Tudo aponta, portanto, para a possibilidade de uma análise da sociedade através de uma análise da língua, tal como Benveniste define o seu viés semiológico. Somos levados,

de Madagascar, e da *comunhão fática* descrita pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942). Da mesma forma, a consideração da relação entre língua e sociedade a partir da apropriação do aparelho denotativo da língua através da estrutura formal “eu-tu/ele” está intimamente relacionada ao último parágrafo do texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), no qual Benveniste termina sua exposição afirmando que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Diz ele, a respeito do primeiro desses desdobramentos futuros: “Ter-se-ia que considerar as *alterações lexicais que a enunciação determina*, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (BENVENISTE, 2006, p. 90, grifos nossos). Admitida esta relação entre os dois textos, bem como o caráter social que a reflexão adquire nos parágrafos finais deste último, admite-se também que a noção de enunciação apresentada nestes “desdobramentos” futuros supõe um processo de apropriação que é ao mesmo tempo *individual* (uma vez que se trata sempre de um falante incluindo-se em seu discurso) e *coletivo* (uma vez que este falante, ao incluir-se em seu discurso, inclui-se também à sociedade, situando-se em uma classe, e revelando, através de seu uso particular, também um uso compartilhado).

por consequência, a nos interrogar sobre a possibilidade de um fazer linguístico que contemple essa relação fundante. Uma linguística da língua que contém a sociedade, e que, portanto, permite ao linguista, através do estudo da língua, também da sociedade falar.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- BARFIELD, Thomas. *The dictionary of anthropology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- DESSONS, Gérard. *Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Ed. Press, 2006.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo – Volume I: o campo do signo*. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. *História do estruturalismo – Volume II: O canto do cisne*. Campinas: Unicamp, 1994.
- DUTRA, Eliúde de Oliveira. Crítica de Marx à teoria hegeliana do estado: uma leitura da obra crítica à filosofia do direito de Hegel. In: *Filogênese* (Unesp), v. 6, n. 2, 2013.
- ENGELS, Friedrich et al. *Introdução ao estudo do marxismo*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.
- FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 13, n.1: p. 9-18, 2017b.
- _____. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MILNER, Jean-Claude. *El periplo estructural. Figuras y paradigma*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.
- ROSÁRIO, Heloísa Monteiro. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. In: *Desenredo* (PPGL/UPF), v.8: 71-83, 2012.

Recebido em: 12/10/2020; Aceito em: 16/02/2021.